



**Eixo Temático: 1 - O currículo da educação infantil, a alfabetização e o letramento**

## **MARCOS HISTÓRICOS DO SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, DA CRIANÇA, E DA INFÂNCIA E SUAS RELAÇÕES COM O CURRÍCULO**

Angélica Taís Schneiders<sup>1</sup>

Andrieli Taís Hahn Rodrigues<sup>2</sup>

### **Introdução**

O presente artigo visa elucidar marcos históricos acerca dos assuntos: Educação Infantil, Criança, Infância e as relações desses com o currículo. Evidenciando que a criança nem sempre foi percebida pela sociedade como um ser em constante desenvolvimento, menos ainda, tendo um espaço específico para que houvesse um desenvolvimento integral e socialização com outras crianças e adultos. Sendo esse contexto o propulsor da presente pesquisa.

Dessa forma, objetivou-se com esse estudo bibliográfico de cunho qualitativo, percorrer os aportes teóricos que tratam sobre o surgimento da Educação Infantil, as visões da infância e da criança e suas relações com o currículo, analisando as evoluções enquanto instituições e sujeitos sócio-histórico-culturais em constante constituição.

### **Resultados e discussão**

Quando se pensa o surgimento da infância, assim como seu conceito e diferenciação, é possível verificar que gradualmente, com o passar dos séculos vem ganhando espaço entre a sociedade dos adultos, até o século XII, não há nada ou quase nada em documentos que enfatizavam a infância ou como ela deveria ser, podendo-se considerar que neste período as condições de higiene e saúde eram precárias e com isso o alto índice de mortalidade.

Contudo, um sentimento superficial da criança – a que chamei de “paparicação” – era reservado à criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertiam com a criança pequena como um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer

1 Pedagoga, schneiderstais14@gmail.com.

2 Mestre em Educação nas Ciências, Especialista em Educação Infantil, Anos Iniciais e Gestão Escolar, Pedagoga, andrihahn@gmail.com.



**XXI Encontro Nacional de Educação (ENACED)**

**I Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)**

muito caso, pois outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato (ARIÉS, 1981, p. 10).

E mesmo quando atingissem a idade adulta, não tinham identidade própria, acreditavam que iriam adquirir ela no momento em que pudessem/conseguissem fazer atividades semelhantes às dos adultos. Desde pequenos permaneciam com os adultos em todos os afazeres/lazeres, sendo essa a forma que ensinavam as crianças, não precisavam ter preparações específicas.

Começou-se a pensar a infância na Idade Moderna, a partir do século XIII, não mais com uma visão de que a criança é um conjunto biológico e começa a ser percebida/pensada como sujeito histórico e cultural, cabendo aos adultos moldar nelas o caráter e a razão, via-se as crianças como páginas em branco as quais deveriam ser escritas/preenchidas, sendo preparadas assim para a vida adulta.

Pode-se verificar que a “descoberta” da infância começa a manifestar-se entre os séculos XV, XVI e XVII, quando é reconhecido que as crianças são seres frágeis que precisam de cuidados. Compreende-se então, que seria necessário separar as atividades das crianças, das realizadas pelos adultos.

Trata-se um sentimento inteiramente novo: os pais se interessavam pelos estudos dos seus filhos e os acompanhavam com solicitude habitual nos séculos XIX e XX, mas outrora desconhecida. (...) A família começou a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela (ARIÉS, 1981, p. 12).

Nesta perspectiva, segundo Ariés (1981), a educação da criança, durante muito tempo foi responsabilidade dos pais ou do grupo social ao qual ela pertencia. Ela aprendia a se tornar membro do grupo, as tradições, conhecimentos necessários para a sobrevivência e para enfrentar a vida adulta, tudo isso era ensinado e aprendido a partir da interação com os adultos e outras crianças. Durante um grande período não houve instituições que compartilhassem essa responsabilidade com a família.

Segundo Craidy e Kaercher (2001), a educação infantil, nesse formato atual, o qual é complementar a família, é algo recente. Segundo Craidy e Kaercher (2001) o surgimento das Instituições de Educação Infantil estava ligado ao nascimento da escola e do pensamento pedagógico moderno, isso ocorreu entre os séculos XVI e XVII. Com o surgimento dessas instituições, se passou a ver a infância de outra forma, pensar esses espaços destinados às



crianças, como deveriam ser organizadas as aulas, os conteúdos, os horários, o que e como ensinar. Segundo Priore (2010)

Fundamentados nas teses de filósofos como Rousseau e Bouffon, os chamados Tratados de educação física dos meninos foram os precursores das noções mais atuais de puericultura, preconizando a vida ao ar livre, a liberdade nos brinquedos e cuidados com higiene infantil. Ensinavam desde a forma como o cordão umbilical deveria ser cortado até as vestimentas adequadas e a forma correta de colocar a criança no berço, passando pela temperatura do banho, pelos banhos de sol e pela forma correta de embalar (n.p).

Esses novos fundamentos acarretaram certa desvalorização das concepções anteriores de como ensinar crianças. Pode-se perceber a que o surgimento efetivo das creches, deu-se a partir da Revolução Industrial, pois, foi o houve a necessidade de inserção da mulher no mercado de trabalho e com isso demandou espaços para que as crianças pudessem permanecer nestes momentos em que as mulheres estivessem trabalhando. Com isso, o início das creches, que segundo Fuly e Veiga (2012, p.87) tinham “a finalidade de atender uma determinada classe da sociedade, a classe trabalhadora feminina, que passava muitas horas nas fábricas e cujos filhos pequenos precisavam de cuidados durante esse período.” Assim, o cuidar nasce como principal atividade executada nesses ambientes, uma educação assistencialista.

Com a chegada do sistema fabril, houve uma reorganização da classe operária da sociedade, que começou a utilizar maquinários, o que possibilitou a ampliação das oportunidades para as mulheres que, mesmo sem possuir a força muscular necessária, naquele momento poderia ocupar seu lugar junto à classe trabalhadora. O que alterou significativamente a organização familiar de seus lares. Desta forma segundo Fuly e Veiga (2012 p.88), “a mulher operária, que continuava a cuidar de seu lar em horários alternados ao do seu trabalho, teve a necessidade de entregar seus filhos pequenos (...) aos cuidados de outrem: as mães mercenárias ou gardeuses d’enfants.” Destarte, com o aumento de horas de trabalho da mulher e a conseqüente ausência, surgem pessoas que pegam para si a tarefa de cuidar as crianças que estavam nas ruas, dando origem ao assistencialismo no que se refere ao cuidado das crianças.

Assim, por volta dos anos de 1840, surge o conceito de Jardim de Infância na Alemanha por Frederic Froebel, tendo um caráter educacional, visando um ambiente organizado que buscava promover o desenvolvimento das potencialidades das crianças, bem como sua liberdade de expressão e pensamento. Outro fator que justifica o surgimento é o



**XXI Encontro Nacional de Educação (ENACED)**

**I Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)**

conjunto de novas ideias acerca da infância e o papel da criança dentro da sociedade, questionamentos de como torná-la um sujeito produtivo e coerente às demandas da sociedade.

A criança passa a não ser mais vista como um adulto em miniatura e sim como um ser que realmente é envolto a desejos, necessidades e tem seu próprio modo de pensar. Essa constante modificação acerca das concepções e estruturação da educação da criança, da família, só foi possível porque também se modificaram as maneiras de se pensar o que é ser criança, e se passou a dar a real importância a esse período específico da infância na sociedade. Assim como, passou-se a perceber que o atendimento à criança pequena necessita ser diferenciado.

Destarte, a Educação Infantil, não tem mais a função assistencialista, e na atualidade é reconhecida como um direito da criança, da família e, é dever do Estado. Segundo Craidy e Kaercher (2001), é um espaço de desenvolvimento do corpo e do eu. Um espaço da criança, de descoberta do mundo, em que ela tem acolhida suas emoções, suas angústias, seus medos, sua curiosidade, sua necessidade de questionamento, de socialização, bem como de conhecimento, sendo sobretudo, um espaço-tempo-escola de incessante produção cultural.

Vale ressaltar também, segundo Fuly e Veiga (2012) que no ano de 1998,

Ministério da Educação publicou e ofereceu aos profissionais da educação infantil o Referencial Curricular para a Educação Infantil (RCNEI), que é apresentado em três volumes que foram entregues a todos os professores e instituições que atuavam na época de seu lançamento (1998). É dividido em: Introdução, Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo. Tem o objetivo de apontar metas de qualidade que garantam o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 (agora 0 à 5) anos. O RCNEI deve servir como guia de reflexão a respeito dos objetivos, conteúdos e orientações didáticas para essa fase tão importante da Educação (BRASIL, 1998, p. 90).

Pode-se dizer que o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) buscava garantir experiências prazerosas, embasando também princípios de respeito e dignidade aos direitos das crianças, considerando suas individualidades (sociais, econômicas, culturais, de pensamento e expressão, suas interações e comunicações). Visava também, ampliar as possibilidades de desenvolvimento das capacidades (expressão, comunicação, interação social, pensamento, ética, estética, socialização das crianças através da participação e inserção nas diversificadas práticas sociais), buscava também, que não



**XXI Encontro Nacional de Educação (ENACED)**

**I Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)**

houvesse discriminação de espécie alguma; o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade.

Logo, um ser pensante e ativo desenvolve-se através de suas experiências no contexto da infância, de acordo com o que conceitua Walter Kohan (2007, p. 86), “a infância é uma condição da experiência”, ele diz que existem dois tempos, “o tempo de *chrónos* [...] soma do presente, passado e futuro”, e “o tempo de *aión*, [...] o tempo da vida humana, [...] da criança que brinca, literalmente criançando”, sendo que a partir de Kohan (2007), “a infância é um tempo *aiónico*”, e portanto um tempo de experiências.

Ao relacionar a experiência e a infância, conduzimos a Educação Infantil a uma importante reflexão no cenário escolar, na qual Loris Malaguzzi (1999) propõem, ao citar as mais de cem linguagens da criança e a forma como são limitadas em um espaço de paredes grandes, e janelas pequenas chamadas escola. Um espaço em que “dizem-lhe: que o jogo e o trabalho, a realidade e a fantasia, a ciência e a imaginação, o céu e a terra, a razão e o sonho, são coisas que não estão juntas” (MALAGUZZI, 1999, n.p.), porém a criança reafirma “as cem existem” (MALAGUZZI, 1999, n.p.).

Sendo assim, formulam-se algumas hipóteses a essa pesquisa, considerando dois cenários, o primeiro deles de reprodução de práticas de ensino tradicionais em que não se tem a compreensão da infância e da criança e da especificidade da Educação Infantil, por conseguinte do Ensino em que metodologias, “conteúdos”, são transpostos verticalmente. Enquanto, o segundo cenário embasaria-se na ludicidade, no brincar e na busca por experiências significativas, como pilares da aprendizagem nesses espaços. Neste viés, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) esclarece a evolução desse espaço pensado para as crianças ao longo dos tempos:

Modificar essa concepção de educação assistencialista significa atentar para várias questões que vão muito além dos aspectos legais. Envolve, principalmente, assumir as especificidades da educação infantil e rever concepções sobre a infância, as relações entre classes sociais, as responsabilidades da sociedade e o papel do Estado diante das crianças pequenas (BRASIL, 1998, p. 17).

Ao percorrer este breve histórico da evolução da Educação Infantil e do conceito/espaço de criança, bem como, os enlaces existentes entre a infância, as vivências e as experiências, foi possível compreender a evolução de uma instituição assistencialista embasada apenas no cuidado, para um espaço estruturado, com planejamentos,



intencionalidades, voltados para o desenvolvimento de experiências e vivências da criança, que garanta seus direitos de aprendizagem e bem-estar de acordo com o que propõe a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018, p.36) onde enfatiza que:

Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar.

Sendo assim, pode-se compreender com esse estudo bibliográfico, que a infância, a criança e a Escola de Educação Infantil tem evoluído gradativamente ao longo dos anos, como sujeitos e espaços sócio-histórico-culturais, modificando seus hábitos, comportamentos, e o modo com que a sociedade as compreende.

### **Considerações finais**

Considerando o apresentado, é possível perceber que a criança e a infância nem sempre tiveram lugar na sociedade, menos ainda, um lugar específico para pensar o seu desenvolvimento de forma integral. Contudo, a revolução industrial pode ser considerada a mola propulsora da criação das creches, mesmo que inicialmente tivessem apenas cunho assistencialista, mas com o contínuo desenvolvimento/evolução, chegou-se ao modelo atual de Educação Infantil, o qual pensa a criança como um ser em constante desenvolvimento e repleto de capacidades.

Com isso, a Escola de Educação Infantil representa atualmente, um espaço da criança, construído com e para ela, amparado legalmente, com estrutura curricular, planejamentos pedagógicos coesos com as faixas etárias e eixos de desenvolvimento, que consideram os campos de experiências e conduzem ao desenvolvimento integral dos bebês, das crianças bem-pequenas e pequenas. Vale ressaltar que o processo de evolução e constituição da Educação Infantil, dos currículos, da infância e da criança são temporais e contínuos, mantendo-se sempre em movimento e transformação.

### **Referências**

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.



**XXI Encontro Nacional de Educação (ENACED)**

**I Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)**

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CRAIDY, C. M.; KAERCHER, G. da S. **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

FULY, V.; VEIGA, G. Educação Infantil: da visão assistencialista à educacional. **Revista Interfaces da Educação**, v.2, p. 86-94, 2012.

KOHAN, W. **Infância estrangeiridade e ignorância: Ensaio de filosofia e educação**. Belo Horizonte: Ática. 2007.

MALAGUZZI, L. História, ideias e filosofia básica. In: EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G. **As Cem Linguagens da Criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PRIORE, M. D. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

**Palavras-chave:** Criança. Currículo. Educação Infantil. Marcos Históricos.